

**REQUERIMENTO À MESA**, solicitando dar ciência aos demais parlamentares desta Casa, da Nota do PSOL\_Partido Socialismo e Liberdade, intitulada “Não ao Porto Seco em Paranapiacaba. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez

Senhor Presidente,

**REQUEREMOS À MESA**, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, solicitando dar ciência aos demais parlamentares desta Casa, da Nota do Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL), intitulada “Não ao Porto Seco em Paranapiacaba”.

NOTA DO PSOL | Não ao porto seco em Paranapiacaba!

No último dia, 18, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ignorou a sentença do Fórum de Santo André e extinguiu a Ação Popular que pedia o cancelamento do licenciamento ambiental do Centro Logístico Campo Grande conhecido como Porto Seco. Tal decisão permitirá o prosseguimento do licenciamento na CETESB que estava paralisado aguardando por essa sentença. Segundo a decisão a Ação caberia “apenas após a aprovação do empreendimento pela CETESB”, um flagrante desrespeito ao princípio da prevenção conforme o marco legal do direito ambiental.

O PSOL reiterada sua posição contrária ao Porto Seco na região de Paranapiacaba por desrespeitar o Plano Diretor e a lei de Uso e Ocupação e Parcelamento do Solo de Santo André, além da lei Específica da Billings, a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a lei Federal da Mata Atlântica e da Biodiversidade, o que é gravíssimo.

O empreendimento prevê desmatamento com a perda de cobertura vegetal em área de Mata Atlântica de 91 hectares (o correspondente a 90 campos de futebol), a perda de biodiversidade e de afugentamento da fauna para as áreas vizinhas. Além disso, estão previstos danos como alteração da qualidade do ar, assoreamento de cursos d'água e alteração na qualidade das águas superficiais, representará a extinção de diversas espécies e também de nascentes que formam a Billings, além de trânsito pesado em via pública inadequada para isso. O EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente) está incompleto com falhas apontadas em todas as Audiências Públicas realizadas.

É importante recordar que em dezembro de 2016 o vereador Donizete Pereira (PV), atual membro do Executivo municipal criou de modo astuto uma emenda à LUOPS para permitir o empreendimento. Em janeiro de 2017 a lei foi regulamentada pelo prefeito Paulo Serra. Após denúncias e ações judiciais da sociedade civil e do Movimento SOS Paranapiacaba, o prefeito enviou Projeto de Lei retirando esta



autorização, mas em 2018 incluiu numa proposta de Lei ao Plano Diretor novas premissas que facilitariam novamente o empreendimento. Novamente por pressão do movimento social retirou o Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor. Ou seja, o governo Paulo Serra cedeu aos interesses econômicos alegados pelo empreendedor pela justificativa da criação de postos de trabalho, que diga-se de passagem não atenderão os trabalhadores não qualificados da região, tudo isso em detrimento e prejuízos irreversíveis do direito ambiental e turístico da Vila de Paranapiacaba.

Tudo indica que a batalha jurídica continuará e precisamos mais uma vez nos unirmos para barrar esse empreendimento danoso ao patrimônio ambiental e turístico. Mais do que nunca resistir e reativar nossa rede (fórum) de organização para as várias ações de mobilização pelo SOS PNP.

Executiva Municipal do PSOL - Santo André

25 de fevereiro de 2021

Plenário “João Raposo Rezende Filho – Zinho”, 25 de fevereiro de 2021.

**RICARDO ALVAREZ**  
Vereador

